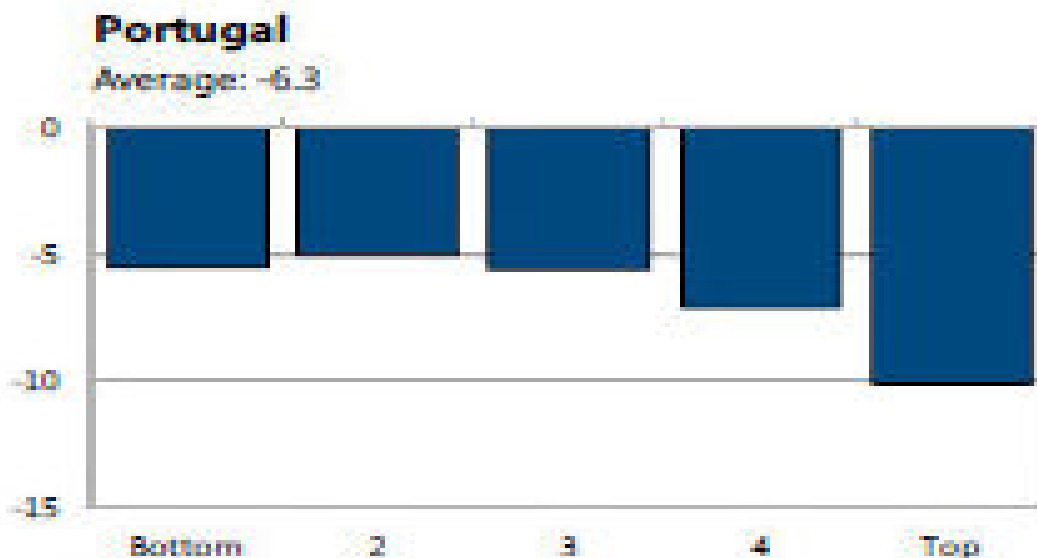


ESTUDO DO FMI AFIRMA QUE A POLITICA DE AUSTERIDADE CONTRA TRABALHADORES E PENSIONISTAS AFINAL TEM PREJUDICADO MAIS OS RICOS

Face às críticas generalizadas que a política de austeridade imposta a Portugal estava a agravar as desigualdades, em Jan.2014, o FMI produziu um estudo - **“FISCAL POLICY AND INCOME INEQUALITY”**- muito divulgado nos media portugueses (o que não aconteceu com o que se apresenta mais à frente) onde procura provar o contrário (dele retiramos o gráfico 1-pág. 47)

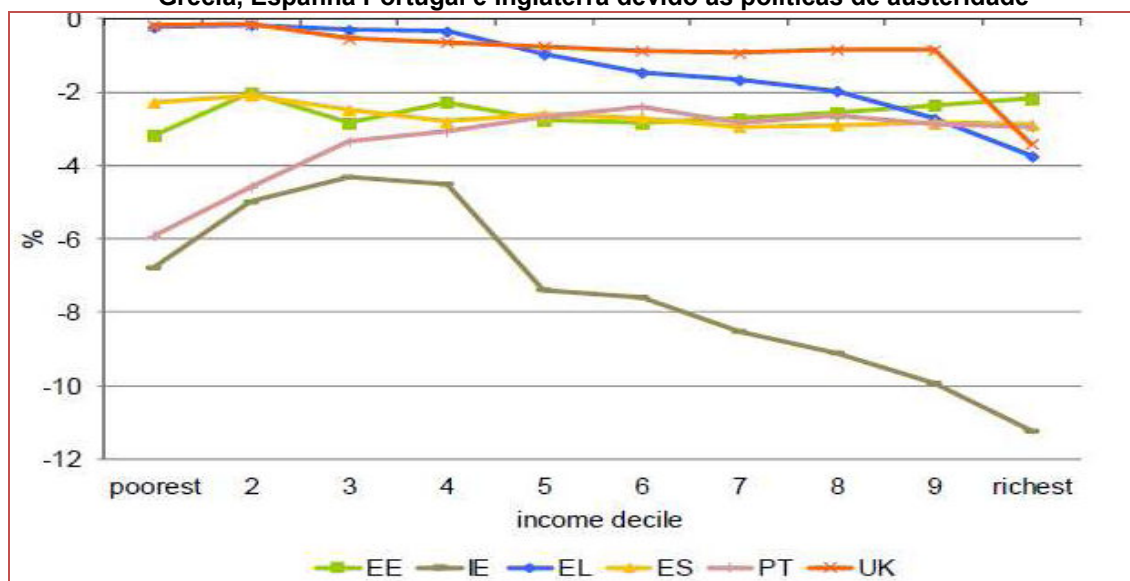
Gráfico 1- Percentagem de redução do rendimento disponível das famílias devido às medidas de consolidação fiscal – Período 2008-2012 – retirado do estudo do FMI



Segundo o FMI, as “medidas de consolidação fiscal”, ou seja, a política de austeridade determinaram, em Portugal, no período 2008-2012, uma redução de 5,5% no rendimento disponível das classes “inferiores” (bottom), e uma diminuição de 10% no rendimento disponível das classes “superiores” (Top).

No entanto, as conclusões do estudo do FMI são desmentidas por um outro estudo realizado por uma entidade europeia independente (o que não acontece com o FMI) - o *Institute for Social and Economic Research da University of Essex* da Inglaterra - com o título *“The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries”* divulgado em Dez.2011, sobre os efeitos da política de austeridade em seis países europeus – Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal e Inglaterra – que conclui que em Portugal a política de austeridade tem atingindo mais as classes de baixos rendimentos, e muito menos os ricos. Desse estudo (pág. 25) retiramos o gráfico 2 que é bastante esclarecedor.

Gráfico 2 – Percentagem de redução do rendimento disponível das famílias na Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha Portugal e Inglaterra devido às políticas de austeridade



Segundo este estudo (no gráfico 2, a linha a roxo corresponde a Portugal), no nosso país, a política de austeridade determinou uma redução de 6% no rendimento disponível dos mais pobres e apenas uma diminuição de 3% no rendimento dos mais ricos. E isto foi até 2011, e as políticas mais violentas e injustas de austeridade tiveram lugar a partir daquele ano.

Mas uma análise concreta da natureza das principais medidas impostas ao país pela “troika” e pelo governo PSD/CDS mostra também a falta de credibilidade das conclusões do estudo do FMI. É o que se vai procurar fazer seguidamente utilizando, para isso, a linguagem fria dos números oficiais.

O CORTE IMPORTANTE NA DESPESA PÚBLICA E O AUMENTO BRUTAL DOS IMPOSTOS ATINGEM FUNDAMENTALMENTE TRABALHADORES E PENSIONISTAS

O quadro 1, construído com os dados constantes dos relatórios que acompanham os Orçamentos de Estado de 2011, 2012, 2013 e 2014, mostra os cortes significativos feitos na despesa pública assim como o aumento brutal dos impostos no período da “troika”, ficando também claro que classes de população foram mais atingidas por essas medidas.

Quadro 1 – Cortes na despesa pública e aumento de impostos no período 2011-2014

ANOS	CORTE DESPESA PÚBLICA			AUMENTO DE IMPOSTOS		
	TOTAL Milhões€	Prestações sociais+remunerações +educação+saúde Milhões €	% (Prestações sociais+remunerações +educação+saúde) do TOTAL	TOTAL Milhões€	IVA+IRS Milhões€	% (IVA+IRS+ADSE+ SAD+ADM) do Total
OE-2011	3.765	2.738	72,7%	2.054	1.554	75,7%
OE-2012	7.460	5.760	77,2%	2.890	2.369	82,0%
OE-2013(*)	1.026	276	26,9%	4.312	3.053	70,8%
OE-2014	3.184	2.211	69,4%	664	502	75,6
SOMA	15.434	10.985	71,2%	9.920	7.478	75,4%

FONTE. Relatórios OE 2011, 2012, 2013 e 2014 (*) Os valores de 2013 já são deduzidos dos subsídios repostos

Como revela o quadro 1, dos 15.434 milhões € de cortes feitos na despesa pública no período 2011-2014, 71,2% dizem respeito a cortes feitos em despesas com prestações sociais (nomeadamente pensões), nas remunerações, e em despesas com a educação e saúde, portanto que afetam fundamentalmente classes de medio e baixo rendimento. Por outro lado, do aumento de impostos no montante de 9.920 milhões € verificado também neste período, 75,4% resultaram de subidas feitas no IVA, no IRS e nos descontos para a ADSE, SAD e ADM, portanto impostos que afetam principalmente as mesmas classes sociais. É evidente que quem está a suportar a maior parte do fardo da austeridade são as classes média e de baixos rendimentos, e não os ricos como afirma o FMI no seu estudo. Para além disso interessa referir que os cortes na despesa pública e o aumento de impostos já somam 25.354 milhões € (15,1% do PIB) e a redução do défice foi apenas de 9.740 milhões € (5,8% do PIB), ou seja, 2,6 vezes mais. É um preço demasiadamente elevado que os portugueses estão a pagar.

TAXA DE IRS AUMENTA 100% NOS RENDIMENTOS MAIS BAIXOS E 27% NOS MAIS ELEVADOS

Um exemplo paradigmático desta política de austeridade foi o aumento brutal do IRS. E isso foi feito de duas maneiras. Em primeiro lugar através da redução significativa dos benefícios fiscais a nível de IRS em que se tratou da mesma maneira quem tinha baixos rendimentos e rendimentos elevados. São exemplos de tal política a redução de 30% para apenas 10% das despesas de saúde que podem ser deduzidas no IRS igual para todos o que determinou que, só por esta razão, o IRS pago tenha aumentado em 327 milhões €; uma outra medida com efeitos semelhantes foi a redução para metade da despesa com o crédito para habitação que poderá ser deduzida no IRS o que provocou um aumento de IRS estimado em 412 milhões € por ano; situação também semelhante se verificou em relação às despesas com a educação dos filhos o que determinou também uma subida do IRS pago pelas famílias (mais 154M€).

Mas é a nível de tabelas de retenção de IRS que fica claro para toda a gente a natureza e objetivos de classe desta política de austeridade, que atinge fundamentalmente as classes de rendimentos mais baixos, poupando descaradamente os mais ricos. As tabelas de retenção do IRS, porque são instrumentos quantificados e oficiais (foram elaboradas pelo próprio governo), desmentem de uma forma demolidora as conclusões do estudo do FMI, o qual visa manipular e enganar a opinião, com o objetivo de tornar esta política de austeridade, recessiva e geradora de graves desigualdades, mais aceitável aos olhos da opinião pública.

Quadro 2- TABELA RETENÇÃO DE IRS – Contigente – Trabalho dependente 2 titulares e um dependente

Tabela retenção 2010		Taxa	Tabela retenção 2014		Taxa	Varição 2010-2014
Até 633 €		2,0%	Até 633 €	4,0%		+100,0%
Até 675 €		3,0%	Até 675 €	5,0%		+66,7%
Até 726 €		4,0%	Até 726 €	6,5%		+62,5%
Até 801 €		5,0%	Até 801 €	7,5%		+50,0%
Até 907 €		6,0%	Até 907 €	10,0%		+66,7%
Até 988 €		7,0%	Até 988 €	11,5%		+64,3%
Até 1.048 €		8,0%	Até 1.048 €	12,5%		+56,3%
Até 1.124 €		9,0%	Até 1.124 €	13,5%		+50,0%
Até 1.205 €		10,0%	Até 1.205 €	14,5%		+45,0%
Até 1.300 €		12,0%	Até 1.300 €	16,5%		+37,5%
Até 1.401 €		13,0%	Até 1.401 €	17,5%		+34,6%
Até 1.537 €		14,0%	Até 1.537 €	18,5%		+32,1%
Até 1.683 €		15,5%	Até 1.683 €	20,0%		+29,0%
Até 1.840 €		16,5%	Até 1.840 €	21,5%		+30,3%
Até 1.945 €		17,5%	Até 1.945 €	22,5%		+28,6%
Até 2.056 €		18,5%	Até 2.056 €	23,5%		+27,0%
Até 2.182 €		19,5%	Até 2.182 €	24,5%		+25,6%
Até 2.328 €		20,5%	Até 2.328 €	25,5%		+24,4%
Até 2.495 €		21,5%	Até 2.495 €	26,5%		+23,3%
Até 2.722 €		22,5%	Até 2.722 €	27,5%		+22,2%
Até 3.054 €		23,5%	Até 3.054 €	28,5%		+21,3%
Até 3.478 €		24,5%	Até 3.478 €	29,5%		+20,4%
Até 4.052 €		25,5%	Até 4.052 €	30,5%		+19,6%
Até 4.576 €		26,5%	Até 4.576 €	32,0%		+20,8%
Até 5.111 €		27,5%	Até 5.111 €	33,0%		+20,0%
Até 5.786 €		28,5%	Até 5.786 €	34,0%		+19,3%
Até 6.653 €		29,5%	Até 6.653 €	35,5%		+20,3%
Até 7.852 €		30,5%	Até 7.852 €	36,5%		+19,7%
Até 9.455 €		32,0%	Até 9.455 €	38,5%		+20,3%
Até 11.159 €		33,0%	Até 11.159 €	39,5%		+19,7%
Até 18.648 €		34,0%	Até 18.648 €	40,5%		+19,1%
Sup. 18.648 €		35,0%	Até 20.000 €	41,5%		+18,6%
		35,0%	Até 22.500 €	42,5%		+21,4%
		35,0%	Até 25.000 €	43,5%		+24,3%
		35,0%	Sup. 25.000 €	44,5%		+27,1%

Como mostra a simples comparação da tabela de retenção de IRS de 2010 (ano anterior a entrada da “troika” e do governo PSD/CDS) e da tabela de 2014, as taxas de IRS aumentaram, entre 2010 e 2014, 100% para os rendimentos colectáveis mais baixos (entre os 595€ e 633€), enquanto para os rendimentos mais elevados (superior a 25.000€) a subida foi apenas de 27,5%, ou seja, 3,6 vezes menos que o aumento da taxa verificado no escalão mais baixo. E se se analisar as tabelas globalmente conclui-se que os aumentos das taxas de IRS entre 2010 e 2014, ou seja com a “troika” e com o governo PSD/CDS, foram fortemente regressivos: os aumentos são tanto menores quanto mais elevado é o rendimento colectável. Afirmar, como faz o FMI no seu estudo, que a política de austeridade em Portugal atingiu mais os ricos, e menos os pobres, é mentir descaradamente com o intuito de manipular e enganar a opinião pública. E tudo isto ainda se torna mais claro se se tiver presente que, para além da tabela de IRS, ainda se aplica de uma forma igual a todos os rendimentos, mesmos os mais baixos, a sobretaxa de IRS de 3,5%, a que se tem de acrescentar, em relação aos pensionistas, a chamada Contribuição Extraordinária de Solidária que, em 2013, foi aplicado às pensões superiores a 1.350 € mas, em 2014, já se aplica às pensões superiores a 1000 €. Enquanto faz isto, o mesmo governo e a mesma “troika” reduzem a taxa de IRC de 25% para 23%, e concedem um conjunto enorme de benefícios e isenções fiscais aos grupos económico e financeiros com a alteração do CIRC, reduzindo desta forma a receita do Estado que, depois, terá de ser compensada com mais impostos sobre os trabalhadores e pensionistas e com mais cortes na despesa pública essencial para os portugueses.

Eugénio Rosa – Economista – 22-4-2014